

MINO CARTA

ACM e a democratura

Ou, por outra, pensamentos esparsos sobre o poder

Conheço Antonio Carlos Magalhães há uns trinta anos, desde o tempo em que eu dirigia a revista *Veja*. Ele era fonte privilegiada e interlocutor atencioso, quando não cordial e até afetuoso. Vou contar duas histórias do meu relacionamento com ACM, que defini na introdução de uma longa entrevista dada por ele a Bob Fernandes e ao acima assinado em agosto de 1994, como "a face mais nítida do poder brasileiro, impávido resistente a todas as crises e a todos os regimes". Perdoem se cito a mim mesmo, mas hoje poderia escrever exatamente as mesmas palavras.

Desafiando Falcão — A primeira história remonta ao começo de 1976. Acabava de me demitir da *Veja*, forçado a tanto pelos donos da Abril, prontos a ceder diante das pressões do então ministro da Justiça, Armando Falcão — aquele que se tornaria o braço civil da tentativa de torpedear a chamada abertura. Nem passa um dia, e o telefone trila. ACM do outro lado. "Mino, vou fazer um jornal aqui na Bahia e queria que você viesse para cá, de cara para me ajudar a montá-lo, em seguida para dirigi-lo". Disse eu: "Governador, não lhe convém, sou um perigoso subversivo". E ele: "Você é meu amigo".

Fiquei tocado, e fundo. Naquele momento o meu telefone não soava amiúde. Mesmo assim não me mudei para a Bahia. Nem por isso deixei de perguntar: "Jornal por quê?" "Jornal é poder", respondeu. Dois anos depois, ele remeteu para São Paulo, onde eu dirigia *Is-toÉ*, um simpático jornalista gaúcho que chamara para chefiar a redação do jornal anunciado dois anos antes. Pedia que eu o ajudasse a organizar um projeto. Ajudei. E escrevi um artigo para a edição de lançamento, em que contava como ACM se abalou a comover um subversivo. E, se quiserem, a desafiar Armando Falcão.

Agora, a segunda história. Em setembro de 1984 aceitei ancorar um programa de debates na tevê para aproveitar a disputa. Tancredo vs. Maluf. Na Record, a.C., digo, antes dos bispos, ainda de propriedade da família Machado de Carvalho. Podem imaginar qual foi o partido tomado por um mediador escassamente interessado em mediar coisa alguma. Tencioso mesmo. ACM, que armara um fuzuê do capeta e se passara para a dita Aliança Democrática, foi um dos convidados ao programa, com direito, aliás, a entrevista exclusiva, fugindo ao modelo habitual.

Depois da eleição de Tancredo e da ascensão de Sarney, o programa, *Jogo de Carta*, prosseguiu, amparado por volume de publicidade compatível e pela irreversível determinação do acima assinado de exercer sem meias medidas o espírito crítico. O Sarney do Cruzado começou a entrar na roda e foi então que a minha boa relação com Dilson Funaro azedou. Funaro, ministro da Fazenda e responsável pelo Cruzado. Ocorre que não dá para ser jornalista até um certo ponto. Ou seja, até que o risco de pisar os calos do poder, ou de transformar amizades em inimizades, se torne insuportável. Ou você é jornalista, ou não é.

Na linha o doutor Ulysses — Na própria equipe de Funaro havia quem entendesse perfeitamente a minha posição e por isso continuei tomando umas e outras, noite adentro, com Luiz Gonzaga Belluzzo e João Manoel Cardoso de Mello, velhos companheiros de diversas jornadas e assessores de Funaro. Tanto que, quando numa sexta do primeiro semestre de 1987 soube em segredo que Funaro seria fritado na segunda seguinte, propus a Belluzzo: "Gravamos *Jogo de Carta* na tarde de domingo como se o fato já tivesse ocorrido, mas vamos ao ar na noite de segunda, quando Dilson estará esvaziando as gavetas". O secretário de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda topou. Durante o programa foi bastante discreto, como é do seu hábito, apesar da paixão palestina que às vezes lhe devora as entranhas. Mas política é uma coisa e futebol é outra, bem mais inquietante.

Belluzzo limitou-se a algumas observações a respeito de interferências da filha do presidente, hoje governadora do Maranhão, e do genro. Belluzzo lida airoso com a ironia e os seus alvos nem tanto. De todo modo, o programa foi ao ar conforme o previsto e quem o assistiu decerto entendeu que se dava ao vivo. Na manhã da terça, me liga o doutor Ulysses Guimarães, agitadoíssimo, para minha surpresa, que nunca o ouvira daquele jeito. "O que vocês fizeram ontem à noite?", pergunta ele. E explica: "O presidente está possesso, quer providências do ministro das Comunicações". Pois é, o ministro Antonio Carlos.

O doutor Ulysses solicitava cópia da fita do programa. A Record mandou de tarde e o caldo entornou. Duas semanas depois Paulinho Machado de Carvalho me convoca: "Mino, o ministro ACM pressiona para que *Jogo de Carta* abandone a sua linha crítica sob pena de perdermos a chance de retransmitir alguns dos nossos programas em Brasília". Mas os poderes do ministro das Comunicações eram maiores do que aqueles citados por Machado de Carvalho. ACM foi o condestável do governo Sarney como é no governo Fernando Henrique, e nas Comunicações, com a inestimável colaboração de Rômulo Furtado, distribuiu favores com fervor franciscano — de São Francisco de Assis — e especial desvelo em relação à Globo.

Não sou de apreciar prepotências e preferi me mandar da Record sem ressentimentos, porém. Lembro Paulinho Machado de Carvalho com simpatia, bem ao contrário dos sentimentos que experimento em relação a Roberto Civita, o boss da Abril. Este manobrou sorrateiramente,

aquele abriu o jogo. Quanto a ACM, acho que as duas histórias o retratam com razoável fidelidade. Fiquei emocionado com o telefonema do primeiro episódio, mas não me revoltei com as pressões que precipitaram o desfecho do segundo. De certa forma, me prontifico a enxergar, como moral do entrecho, a diferença entre o praticante da política e o praticante do jornalismo.

Versalhes, Palermo, Brasília — Há, contudo, praticantes e praticantes. Um repórter da atual *Veja* escreve que ACM perdeu o brilho matreiro da expressão, mas ganhou mais energia na faina do seu mister. Há também quem escreva que um rei por

direito divino em Versalhes ou um capo-di-tutti-i-capi em Palermo não seriam muito diferentes de Antonio Carlos em Salvador. Ou em Brasília. Existem políticos dispostos a crer que a ética das intenções não se confunde com a ética das responsabilidades e outros convencidos de que a ética é uma só. Ou, por outra, que o interesse pessoal cede diante do interesse dos eleitores e do país.

Recordo um almoço na casa de ACM em Salvador, em um prédio classe média alta no bairro da Graça. Sentado à cabeceira, o anfitrião comandava o ritual com absoluta economia de gestos e palavras. Anotei em *CartaCapital*, setembro de 1994: "Basta-lhe um soerguer de sobranceiras para que os criados regulem tempos e ritmos da cerimônia, e os comensais, um de cada vez, se sintam autorizados a sussurrar observações e murmurar demandas". E ainda: "O poder tem feições esculpidas em bronze, e de bronze é a sua expressão, aquele olhar agudo que enxerga o mundo além das pessoas e das paredes, transpassando qualquer obstáculo, de carne e osso, de cal e tijolo. De pedra, de concreto, do que quiserem".

Acho que, nestas horas, o poder enxerga a si mesmo no topo do mundo. Reis por direito divino e capi-di-tutti-i-capi não estão habilitados pelo destino a se tornarem paladinos da moralidade pública e dos valores da democracia. Pelo destino, pela vocação, pelo temperamento, pelo currículo, etc. etc. Não é por acaso, creio eu, que no seu discurso pela instalação da CPI do Judiciário, o presidente do Congresso pronunciou, aparentemente sem querer, uma palavra assustadora. Democratura.



Não é por acaso, creio eu, que no seu discurso pela instalação da CPI do Judiciário, o presidente do Congresso pronunciou, aparentemente sem querer, uma palavra assustadora. Democratura.